



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura – 2017/2018

Unidade curricular

Direito Administrativo II - Noite

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Profª Doutora Maria João Estorninho 2h/semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Prof. Doutor Pedro Moniz Lopes/Mestre Sandra Lopes Luís/Dr. Jorge Pação

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Os objetivos de aprendizagem nesta disciplina consistem em compreender os problemas e desafios colocados pela atividade administrativa - ao longo da história e, sobretudo, neste início do século XXI -, pretendendo-se familiarizar os estudantes com o Direito Administrativo português na atualidade, o qual ultrapassou as fronteiras das tradicionais tarefas de polícia administrativa e de serviço público e se aplica cada vez mais a uma administração infraestrutural e reguladora, num mundo global.

Conteúdos programáticos

1.ºTEMA: APROXIMAÇÃO AO UNIVERSO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E DO DIREITO ADMINISTRATIVO

2.ºTEMA: PARÂMETROS DE JURIDICIDADE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

3.ºTEMA: PROCEDIMENTALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: SIGNIFICADO E NOVOS DESAFIOS

4.º TEMA: REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

5.º TEMA: ATO ADMINISTRATIVO: NOÇÃO, ESPÉCIES E RELEVÂNCIA

6.º TEMA: ATO ADMINISTRATIVO: VALIDADE E EFICÁCIA

7.º TEMA: ATO ADMINISTRATIVO: ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

8ºTEMA: AS OPERAÇÕES MATERIAIS

9.ºTEMA: A ATIVIDADE CONTRATUAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORIGENS E SIGNIFICADO

10.ºTEMA: SUSTENTABILIDADE E PROCEDIMENTOS DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.ºTEMA: SUSTENTABILIDADE E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS GERAIS

12.ºTEMA: A(S) RESPONSABILIDADE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O programa da disciplina inicia-se com uma aproximação ao universo administrativo, a partir da relação entre as opções político-constitucionais do Estado e a função administrativa, no quadro da União Europeia, avançando depois para o estudo dos diversos parâmetros de juridicidade da atuação administrativa, a partir dos princípios constitucionais da atividade administrativa. Esta disciplina centra-se depois no estudo do regime jurídico do procedimento administrativo, bem assim como dos regulamentos, dos atos administrativos e dos contratos públicos como formas de atuação administrativa. Finalmente, procura-se sensibilizar os estudantes para a problemática dos regimes de responsabilidade da Administração Pública decorrentes da sua atividade.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Nas aulas de plenário prevalece a componente teórica do ensino, desfrutando os estudantes de palestras que visam introduzir os doze temas do programa, problematizando sobre as temáticas em causa e deixando pistas de reflexão e de leitura para cada uma delas.

Nas aulas práticas os estudantes são convidados a tomar contacto com a principal legislação administrativa em matéria de atividade administrativa portuguesa, em particular o Código do Procedimento Administrativo, e são desafiados a, no quadro da avaliação contínua, resolver casos práticos e analisar doutrina e jurisprudência relevantes na matéria. Tratando-se de disciplina obrigatória, aplicam-se as regras de avaliação gerais, de acordo com o Regulamento de Avaliação. A avaliação contínua baseia-se na assiduidade e na participação nas aulas, bem assim como na realização de teste escrito.

Bibliografia principal

- DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Curso de Direito Administrativo*, Vol. II, 3ª ed., reimp., Almedina, Coimbra, 2016.
- JOÃO CAUPERS/VERA EIRÓ, *Introdução ao Direito Administrativo*, 12ª ed., Âncora, Lisboa, 2016.
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, *Lições de Direito Administrativo*, 4.ª Edição, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.
- MARCELO REBELO DE SOUSA/ANDRÉ SALGADO MATOS, *Direito Administrativo Geral – Introdução e Princípios Fundamentais*, Tomo I, 3.ª Edição, Reimpressão de julho de 2016, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2008.
- MARIA JOÃO ESTORNINHO, *A fuga para o Direito Privado*, Almedina, Coimbra, 1996.
- MARIA JOÃO ESTORNINHO, *Curso de Direito dos Contratos Públicos*, Almedina, Coimbra, 2012.
- MARIO AROSO DE ALMEIDA, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2016.
- PAULO OTERO, *Direito do Procedimento Administrativo*, vol.I, Almedina, 2016.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa